



Edital

EDITAL PARA CREDENCIAMENTO Nº 02/2023

O ESTADO DE GOIÁS, ATRAVÉS DA Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável-SEMAD, localizada na Rua 82, nº. 400 Palácio Pedro Ludovico Teixeira - 2º andar - Ala Leste - Centro - CEP: 74.015-908 - Goiânia - GO - Fone: (62) 3201-5210 - sítio www.meioambiente.go.gov.br, inscrita no CNPJ sob o nº 00.638.357/0001-08, representada por sua Secretária, **Dra. ANDRÉA VULCANIS¹**, brasileira, inscrita na OAB/DF sob o nº 37.330 e no CPF sob o nº. 845.216.009-72, residente domiciliada nesta capital, por intermédio da Comissão Especial de Credenciamento, designada pela Portaria 24/2023 publicada no DOE em 01/02/2023, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto o **Credenciamento para Leiloeiros Oficiais**, a ser processado nos autos do processo nº. 202300017000348, objetivando o credenciamento de leiloeiros oficiais para a prestação dos serviços de alienação de bens imóveis, bens móveis, bens inservíveis e de semoventes.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Edital o credenciamento de Leiloeiros Oficiais, para preparação, organização e condução de leilão público, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidos neste instrumento e seus anexos, para firmar contrato de prestação dos serviços de alienação de bens imóveis, bens móveis, bens inservíveis e de semoventes, após cumpridas todas as etapas processuais e legais

necessárias a colocar os bens aptos a alienação, via procedimento de leilão.

1.2. O presente procedimento será regido pela Lei Federal nº 8.666/1993, com alterações, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como o Decreto nº 21.981/1932, Lei Estadual nº 17.928/2012, Lei Estadual nº 13.800/2001 e pelas disposições fixadas neste Edital e Anexos, que o integram e complementam.

1.3. O Edital e seus respectivos anexos encontram-se a disposição dos interessados para consulta e estudo, durante o prazo de divulgação do credenciamento até o recebimento dos envelopes, nos dias úteis e no horário comercial, no endereço acima citado, ou ainda via internet no endereço eletrônico: www.meioambiente.go.gov.br ou pelo e-mail: licitacao.meioambiente@goias.gov.br.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Credenciamento os leiloeiros, na condição de pessoas físicas, devidamente inscritos na Junta Comercial do Estado de Goiás, e que atenderem a todas as exigências deste Edital e seus Anexos.

2.2. Não será admitida neste Credenciamento a participação de interessados:

a) concordatários ou em processo de falência, recuperação judicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

b) que estejam com o direito de licitar e contratar suspenso, com a Administração Pública Estadual, ou que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal;

c) elencados no artigo 9º da Lei 8.666/93.

3. DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

3.1. A documentação poderá ser entregue

pessoalmente ou por correio com AR, no endereço citado no item 3.4 ou por Peticionamento Eletrônico no Sistema Eletrônico de Informação (SEI) do Estado de Goiás, até a data especificada no item 3.2.

3.1.1.1. O envelope contendo toda a documentação, devidamente fechado (lacrado), deverá ser entregue à Comissão Especial de Credenciamento, mediante recibo, conforme o seguinte cronograma:

1ª ETAPA: ENTREGA DE DOCUMENTOS

Data:	21/03/2023
Horário:	10 hs
Local de Entrega:	Sala de reuniões na sede da SEMAD
Endereço:	Rua 82 400, PALÁCIO PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA, 2º andar - SETOR CENTRAL - Goiânia - GO - CEP 74015-908

2ª ETAPA: ABERTURA DOS ENVELOPES:

Data:	21/03/2023
Horário:	10:30 hs
Local de realização:	Sala de reuniões na sede da SEMAD
Endereço:	Rua 82 400, PALÁCIO PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA, 2º andar - SETOR CENTRAL - Goiânia - GO - CEP 74015-908

3.1.2.1. Para o peticionamento eletrônico, o leiloeiro deverá efetuar o pré-cadastro no link de Acesso Externo - <http://sei.goias.gov.br/peticionamento.php>, autuar o processo com toda a documentação necessária e encaminhá-lo para a Comissão Especial de Credenciamento, na Unidade SEI 06297-GECG (Gerência de Compras Governamentais - SEMAD).

3.2. Data e horário limite para entrega do envelope de documentação lacrado: no dia 21/03/2023 às 10 hs, mediante comprovante de recebimento por qualquer membro da Comissão.

3.2.1.1. Os envelopes recebidos previamente, pessoalmente

ou pelo correio, ficarão sob custódia da Comissão até a data da sessão de abertura, indicada no item 3.3.

3.3. Data e horário para abertura dos envelopes: no dia 21/03/2023 às 10:30 hs.

3.4. Local do Recebimento dos Envelopes: na sede da SEMAD, Rua 82 400, PALÁCIO PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA, 2º andar - SETOR CENTRAL - Goiânia - GO - CEP 74015-908

3.5. Local de Abertura dos Envelopes: o mesmo do item 3.4.

3.6. Caso não haja expediente na data acima citada, a sessão acontecerá no primeiro dia útil seguinte, mantidos o horário e o local, conforme descrito acima.

4. DA DOCUMENTAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO

4.1. Para fins de habilitação e credenciamento, visando a posterior contratação de que trata este processo, os interessados terão de satisfazer os requisitos relativos a:

- a) - habilitação jurídica;
- b) - regularidade fiscal;
- c) - qualificação econômico-financeira;
- d) - qualificação técnica.
- e) - cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art.7º da Constituição Federal.

4.1.1.1. **A habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômica financeira** serão comprovadas pelos documentos seguintes:

- a) Cópia da cédula de identidade (RG);
- b) Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF);
- c) Cópia da Carteira de Exercício Profissional emitida pela Junta Comercial do Estado de Goiás.

d) Certidão de regularidade ou outro documento equivalente, emitida pela Junta Comercial do Estado de Goiás comprovando que o leiloeiro oficial está regular perante a Junta Comercial do Estado de Goiás;

e) Certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativa a tributos federais e dívida ativa da União;

f) Certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativa a tributos estaduais e dívida do Estado de Goiás;

g) Certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativa a tributos municipais e dívida do Município, em nome do interessado e referente à atividade de leiloeiro;

h) Declaração de Regularidade de Situação de Contribuinte Individual, emitida em nome do leiloeiro, comprovando a sua regularidade perante o INSS;

i) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis de Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

4.1.2.1. A **qualificação técnica** será comprovada mediante a apresentação de:

a) **Atestado(s), Certidão(ões) e/ou Declaração(ões) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove(m) ter o leiloeiro(a) site com ferramenta de leilão on line e que já tenha realizado leilão nesta plataforma.**

b) O(s) atestado(s)/certidão(ões)/declaração(ões), contendo a identificação do signatário, deve(m) ser apresentado(s) em papel timbrado do(s) signatário(s) e deve(m) indicar as características, quantidades e prazos das atividades executadas ou em execução pela participante.

c) O leiloeiro deverá apresentar, ainda, documento, sob as penalidades cabíveis, conforme Anexo II, declarando que:

I - os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto deste Credenciamento;

II - não se encontra declarado inidôneo para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal e;

III - inexistente fato superveniente impeditivo de sua habilitação.

4.2. Apresentar Declaração (ANEXO III), juntamente com as demais documentações, de que atende plenamente ao que dispõe o Inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal, em cumprimento ao inciso V, do Artigo 27, da Lei n.º 8.666/93, atestando que não possuem em seu quadro, funcionários menores de 18 anos que exerçam trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não possui nenhum funcionário menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

4.3. Os documentos necessários à habilitação, indicados neste item “4”, constante deste Edital, deverão ser apresentados em cópias autenticadas (administrativamente ou cartório) ou original, nos termos do artigo 50, incisos I e II da Lei Estadual nº 13.800/2001 (Acórdão nº 2.688/2019 - TCE/GO).

4.4. Não serão aceitos documentos apresentados através de fax, telex ou e-mail.

4.5. Para as certidões que não explicitarem o prazo de validade, será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.

4.6. A Comissão verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ;
- c) Cadastro de inidôneos do Tribunal de Contas da União - TCU
- d) CadFor - GO/Comprasnet.go.

5. DO RECEBIMENTO DO ENVELOPE "DOCUMENTAÇÃO"

5.1. No local, data e no horário indicados no “item 3” cada leiloeiro deverá apresentar à Comissão “Documentos para Habilitação” em envelope lacrado, contendo na parte externa, além do nome e CPF do Leiloeiro, as seguintes informações:

“Documentação para Habilitação”- Edital para Credenciamento nº 02/2023 - SEMAD.

5.2. Encerrado o prazo de entrega dos envelopes e abertos os trabalhos da reunião para o credenciamento dos Leiloeiros Oficiais pelo Presidente da Comissão, não serão recebidos outros documentos, nem serão permitidos adendos ou alterações nas que tiverem sido apresentadas, ressalvada a faculdade da Comissão promover diligências para a obtenção de informações e esclarecimentos complementares de quaisquer dos leiloeiros participantes.

6. DA ABERTURA DO ENVELOPE "DOCUMENTAÇÃO" E DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA HABILITAÇÃO PRELIMINAR

6.1. Na mesma data e no horário indicados no “item 3”, à vista dos interessados presentes, serão abertos os envelopes contendo a documentação para fins de habilitação, que será examinada, nos termos já manifestados no “item 5”.

6.1.1.1. Os documentos apresentados serão rubricados,

conferidos e analisados pelos Membros da Comissão e interessados presentes, se necessário e exclusivamente em função do interesse público, poderá promover diligências necessárias à verificação, autenticação e validação dos mesmos.

6.1.2.1. Em seguida os documentos serão digitalizados e anexados no processo eletrônico, e os documentos serão devolvidos aos leiloeiros, nos termos do art. 3ºF, do Decreto Estadual nº 8.808/2016, para custódia dos interessados.

6.2. Será lavrada Ata que conterá o registro das principais ocorrências da reunião, em especial a enumeração dos leiloeiros participantes que apresentarem os envelopes "Documentação para Habilitação".

6.3. A presença do interessado é facultativa;

6.4. Para ter direito a manifestar-se nas fases do procedimento de habilitação para pré-qualificação, inclusive manifestar intenção de recurso da decisão da comissão, cada leiloeiro participante deverá estar presente ou fazer-se representar;

6.5. Quando se tratar de representante designado pelo leiloeiro deverá ser apresentado, além do documento legal de identidade, procuração com dados de identificação do representante, devendo constar poderes para representa-lo junto à órgãos públicos nos procedimentos. O representante legal deverá apresentar documentos que comprovem sua condição de representante do leiloeiro.

6.6. Para exercer o direito de que trata o subitem 6.4. deste edital, cada representante só poderá representar um único interessado.

6.7. A ausência do documento de representação não impedirá o representante de participar do processo, entretanto ficará impedido de praticar qualquer ato durante as reuniões de recebimento, abertura de envelopes e julgamento.

6.8. Após a análise da documentação recebida, a Comissão divulgará o resultado da fase de julgamento dos

pedidos de credenciamento, com a indicação dos nomes dos leiloeiros inabilitados e habilitados, através de comunicação direta para todos que estiverem presentes na sessão, sendo lavrada a Ata a que se refere o subitem

6.9. Ao final da sessão de habilitação, qualquer leiloeiro poderá manifestar, motivadamente, a intenção de recorrer da decisão da Comissão de habilitar ou inabilitar qualquer participante, por meio do registro da síntese das suas razões, em ata a ser processada na sessão, sendo que a falta de manifestação imediata e motivada implicará a decadência do direito de recurso;

6.10. Havendo renúncia expressa de os participantes presentes ou representados ao direito de interpor recurso contra o resultado do julgamento da habilitação no ato em que foi adotada a decisão, a Comissão poderá realizar, nesta mesma sessão, o sorteio para definição dos leiloeiros habilitados que serão contratados, de tudo lavrando-se Ata.

6.11. Decorrida a fase de habilitação, cabe desistência ao participante, aceito pela Comissão, conforme especificado na Lei nº 17.928, de 27 de dezembro de 2012.

6.12. Havendo a desclassificação, desistência ou qualquer fato impeditivo de algum leiloeiro, serão convocados os leiloeiros habilitados e não sorteados, para participarem de sorteio, para substituição do leiloeiro desclassificado, desistente ou impedido, nos mesmos termos do substituído.

7. DA INABILITAÇÃO

7.1. Será inabilitado o leiloeiro que:

a) desatender às exigências do item 4 ou deixar de apresentar a documentação solicitada, apresentá-la incompleta ou em desacordo com as disposições deste edital;

b) possua registro de ocorrência que o impeça de licitar e contratar com o Estado de Goiás ou que tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração, no âmbito Federal,

Estadual, Municipal e do Distrito Federal.

c) deixe de apresentar a documentação solicitada na data fixada ou apresente-a incompleta ou em desacordo com as disposições deste Edital.

7.2. A inabilitação do leiloeiro importará no seu afastamento do processo.

7.3. Se todos os participantes forem inabilitados, a Comissão poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas documentações, escoimadas das causas das inabilitações.

8. DO SORTEIO PARA DEFINIÇÃO DOS LEILOEIROS

8.1. Na data e horário fixados nos termos do “item 3”, desde que julgados os recursos eventualmente dispostos ou no caso do subitem 6.5, a Comissão realizará sorteio em sessão pública para definir o LEILOEIROS que serão contratados.

8.2. Somente participarão do sorteio os leiloeiros previamente habilitados pela Comissão.

8.3. Para fins de ordenamento, o leiloeiro sorteado em primeiro lugar ocupará o primeiro lugar no banco de credenciados, o leiloeiro sorteado em segundo lugar ocupará o segundo lugar no banco de credenciados e assim sucessivamente até que todos os leiloeiros habilitados tenham sido sorteados e ordenados no banco de credenciados, enquanto durar o credenciamento, a alternância dos profissionais será seguida.

8.4. O Leiloeiro sorteado que rejeitar a designação perderá a vez, perdendo o direito de contratar com a SEMAD, o objeto deste Edital.

8.5. Não será contratado o leiloeiro que tenha recebido qualquer tipo de penalidade em contrato anteriormente mantido com o Estado de Goiás, devidamente comprovado.

9. DOS RECURSOS

9.1. Das decisões e atos no procedimento deste Credenciamento caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos seguintes casos:

- I - habilitação ou inabilitação do leiloeiro;
- II - anulação ou revogação do credenciamento;
- III - penalidades aplicadas.

9.2. A intimação dos atos referidos nos subitens 9.1.-I a 9.1.-III - excluídos deste último as penalidades de advertência e multa de mora - será feita mediante publicação no site da SEMAD, salvo para os casos previstos nos subitens 9.1.-I, se presentes os leiloeiros participantes ou seus representantes legais, no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser efetuada por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

9.3. Os recursos serão dirigidos à autoridade superior à que proferiu a decisão, por intermédio desta Comissão Especial de Credenciamento.

9.4. Não serão considerados os recursos que se baseiam em aditamento ou alteração de documentação, bem como sobre matéria já decidida em grau de recurso.

9.5. Interposto o recurso, dele será dada ciência aos demais leiloeiros abrangidos, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

9.6. É vedada a apresentação de mais de um recurso sobre a mesma matéria pelo mesmo pretendente ao credenciamento.

9.7. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados.

10. DA HOMOLOGAÇÃO, DO CREDENCIAMENTO E DA CONTRATAÇÃO

10.1. À vista do Ata da Sessão da Comissão, o resultado do credenciamento será submetido à consideração da Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para fins de homologação do presente procedimento.

10.2. Será publicada a homologação do certame, contendo a relação dos leiloeiros a serem contratados obtida através do sorteio efetuado de acordo com o item 8.

10.3. Serão convocados para contratar com a SEMAD, os leiloeiros constantes da relação, observado a definição obtida através do sorteio efetuado de acordo com o item 8.

10.4. A convocação do leiloeiro para celebração do contrato poderá ocorrer durante o período de 12 (doze) meses.

10.5. Por ocasião da contratação, o leiloeiro credenciado deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital, sendo fator impeditivo da contratação qualquer irregularidade constatada.

10.6. O leiloeiro convocado terá o prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação pela SEMAD, para assinatura do contrato.

10.7. O leiloeiro que não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos será desclassificado, perdendo o direito de contratar com a SEMAD o objeto deste Edital.

10.8. A recusa injustificada do leiloeiro oficial sorteado em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas no item 14 deste Edital.

10.9. Poderá o leiloeiro perder a sua condição de sorteado até a contratação, se a Secretaria alienante tiver conhecimento de fato ou circunstância superveniente, só conhecido após o julgamento, que desabone sua habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira ou técnica.

11. DAS VIGÊNCIAS

11.1. O credenciamento terá validade de 12 (doze) meses, a contar da publicação da Homologação com a relação dos leiloeiros a serem contratados. Nos termos do artigo 32, § 2º, da Lei nº 17.928/2012, a qualquer tempo, os interessados poderão solicitar seu credenciamento, o qual se dará sem efeitos retroativos.

11.1.1.1. As solicitações de Credenciamento feitas após a data descrita no item 3.1 deverão ser realizadas somente por Peticionamento Eletrônico no Sistema Eletrônico de Informação (SEI) do Estado de Goiás e, caso o Leiloeiro seja habilitado, ocupará o último lugar na fila elaborada após o sorteio descrito no item 8..

11.2. O contrato de prestação de serviços de leiloeiro terá duração estimada em 12 (doze) meses ou até a efetiva realização do leilão, com prestação de contas final à CONTRATANTE e o respectivo repasse dos valores arrecadados com os bens alienados, para o qual foi estabelecido, e todas as obrigações inerentes a este adimplidas, prorrogado até o limite permitido na Lei 8.666/93.

11.3. A vigência do contrato será contada da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério da SEMAD, em conformidade com a necessidade para cumprir as obrigações assumidas para realização do leilão contratado, por período igual, superior ou inferior, até o limite permitido na Lei 8.666/93.

12. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

12.1. O contrato a ser firmado, cuja minuta (ANEXO IV) integra o presente Edital para todos os fins e efeitos de direito, regulamentará as condições de sua execução, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tudo em conformidade com os termos deste processo para credenciamento, sujeitando-se aos preceitos da legislação de regulamentação da profissão de leiloeiro, de direito público e aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos

contratos e as disposições de direito privado.

12.2. A celebração do contrato de prestação de serviço visa apenas regulamentar os eventuais leilões de bens imóveis, bens móveis, bens inservíveis e de semoventes a serem realizados durante a sua vigência pela contratante.

12.3. A definição da venda dos bens é ato exclusivo da Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que inclusive, se assim o convier, pode optar por não realizar nenhum procedimento de venda dos seus bens, ficando a exclusivo critério desse, caso opte pela venda, a definição do momento em que serão alienados.

12.4. A ausência de realização de venda de bem público, durante a validade do credenciamento e/ou contrato, não gera responsabilização por parte do Estado de Goiás, através da SEMAD em indenizar ou ressarcir o credenciado/leiloeiro por eventuais dispêndios financeiros.

13. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS

13.1. Correrão por conta exclusivas do leiloeiro, todos os tributos e taxas devidos sobre as obrigações decorrentes do objeto deste Edital, bem como as contribuições à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços contratados em função da atividade ou serviços do Leiloeiro e ou de quaisquer membros de sua equipe de apoio, se houver.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

14.1. O leiloeiro que se recusar a assinar o contrato injustificadamente dentro do prazo estabelecido, praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos deste processo ou que demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados, poderá ser declarado inidôneo, ficando impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

14.2. As demais cominações são aquelas previstas na minuta de contrato (ANEXO IV).

15. DOS ILÍCITOS PENAIS

15.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

16. DA REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO PRESENTE PROCESSO

16.1. O Estado de Goiás, através da SEMAD poderá revogar o presente Credenciamento por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-lo por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para recebimento da documentação, sem que caiba aos interessados, quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso.

17. DO DESCREDENCIAMENTO

17.1. O leiloeiro poderá ser descredenciado, entre o período de habilitação até a contratação, nas seguintes hipóteses:

- I - A Secretaria tiver conhecimento de fato ou circunstância superveniente, só conhecido após o julgamento, que desabone sua habilitação jurídica ou qualificação técnica;
- II - Recusa injustificada em assinar o contrato no prazo e condições estabelecidas no Edital
- III - Descumprimento total ou parcial de quaisquer das obrigações previstas neste Edital;
- IV - Declaração de inidoneidade do Credenciado.

18. DA DESISTÊNCIA

18.1. O LEILOEIRO poderá desistir do credenciamento, no período compreendido entre a habilitação e a convocação para assinatura do contrato.

18.2. O leiloeiro credenciado será considerado desistente se manifestar expressamente nesse sentido, por meio do Termo de Desistência - Anexo V deste Edital.

18.3. No caso de desistência por parte do leiloeiro este será excluído da lista de credenciados.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. O Estado de Goiás, através da SEMAD é a gestora do credenciamento, devendo esta responsabilizar-se pelo procedimento de credenciamento, inclusive designando a Comissão Especial de Credenciamento, decidir, quando for o caso, as impugnações, recursos, revogação, anulação, realizar a homologação, convocação para contratação, bem como os demais atos referentes ao respectivo procedimento.

19.2. A participação no presente processo para credenciamento implica a concordância, por parte do leiloeiro, com todos os termos e condições deste Edital e seus anexos, sem ressalvas.

19.3. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

19.4. Não será conhecida a documentação apresentada via fax ou e-mail.

19.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

19.6. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital, em dia de expediente normal da SEMAD.

19.7. É facultada à Comissão ou autoridade superior da Administração, em qualquer fase do processo para credenciamento, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a sua instrução, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta para classificação.

19.8. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante a SEMAD, o leiloeiro que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

19.9. Serão de exclusiva responsabilidade do contratado, todas as despesas necessárias à contratação.

19.10. É vedado ao leiloeiro caucionar ou utilizar o contrato objeto do presente certame, para qualquer operação financeira.

19.11. Quaisquer esclarecimentos, porventura necessários ao perfeito entendimento deste Edital, deverão ser encaminhados, por escrito em até 05(cinco) dias úteis antes da abertura da sessão, para a Comissão Especial de Credenciamento, instalada na Rua 82 400, PALÁCIO PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA, 2º andar - SETOR CENTRAL - Goiânia - GO - CEP 74015-908, Telefone: (62) 3201.5210 ou ainda pelo endereço eletrônico licitacao.meioambiente@goias.gov.br, nos dias úteis, no horário de 08 às 17 horas.

19.12. Os esclarecimentos, depois de respondidos, serão encaminhados, por mensagem eletrônica, aos respectivos questionadores e demais interessados no processo, que tenha preenchido e encaminhado o protocolo de retirada do edital à Comissão Permanente de Alienação Onerosa, em até 3(três) dias úteis da sessão.

19.13. Eventuais impugnações ou recursos deverão ser entregues no endereço discriminado no subitem 19.11, sempre em dias úteis, no horário das 08 às 17 horas.

19.14. Qualquer interessado pode denunciar

irregularidade na prestação do serviço que se busca contratar no presente credenciamento.

20. DA CLÁUSULA ARBITRAL

20.1. Qualquer disputa ou controvérsia relativa à interpretação ou execução deste ajuste, ou de qualquer forma oriunda ou associada a ele, no tocante a direitos patrimoniais disponíveis, e que não seja dirimida amigavelmente entre as partes (precedida da realização de tentativa de conciliação ou mediação), deverá ser resolvida de forma definitiva por arbitragem, na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018, elegendo-se desde já para o seu julgamento a CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), outorgando a esta os poderes para indicar os árbitros e renunciando expressamente à jurisdição e tutela do Poder Judiciário para julgamento desses conflitos.

20.2. A CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA) será composta por Procuradores do Estado, Procuradores da Assembleia Legislativa e por advogados regularmente inscritos na OAB/GO, podendo funcionar em Comissões compostas sempre em número ímpar maior ou igual a 3 (três) integrantes (árbitros), cujo sorteio se dará na forma do art. 14 da Lei Complementar Estadual nº 114, de 24 de julho de 2018, sem prejuízo da aplicação das normas de seu Regimento Interno, onde cabível.

20.3. A sede da arbitragem e da prolação da sentença será preferencialmente a cidade de Goiânia.

20.4. O idioma da Arbitragem será a Língua Portuguesa.

20.5. A arbitragem será exclusivamente de direito, aplicando-se as normas integrantes do ordenamento jurídico ao mérito do litígio.

20.6. Aplicar-se-á ao processo arbitral o rito previsto nas normas de regência (inclusive o seu Regimento Interno) da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA

ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, na Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, na Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018 e na Lei Estadual nº 13.800, de 18 de janeiro de 2001, constituindo a sentença título executivo vinculante entre as partes.

20.7. A sentença arbitral será de acesso público, a ser disponibilizado no sítio eletrônico oficial da Procuradoria-Geral do Estado, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei.

20.8. As partes elegem o Foro da Comarca de Goiânia para quaisquer medidas judiciais necessárias, incluindo a execução da sentença arbitral. A eventual propositura de medidas judiciais pelas partes deverá ser imediatamente comunicada à CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), e não implica e nem deverá ser interpretada como renúncia à arbitragem, nem afetará a existência, validade e eficácia da presente cláusula arbitral.

21. **DOS ANEXOS**

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Modelo de Requerimento de Credenciamento e Declaração para Habilitação;

Anexo III - Modelo de Declaração de atendimento ao Inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal;

Anexo IV - Minuta do Contrato;

Anexo V - Termo de Desistência.

Goiânia, 27/02/2023

Comissão Especial de Credenciamento
Portaria 24/2023 de 01/02/2023
Membros assinam eletronicamente

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. JUSTIFICATIVA

A escolha dos leiloeiros Oficiais através do procedimento de CREDENCIAMENTO é fundamental para que a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável possa realizar o leilão de bens imóveis, bens móveis, bens inservíveis e de semoventes, uma vez que a contratação de profissional qualificado possibilita melhor organização e realização dos leilões públicos.

Justifica-se a escolha por esse procedimento em razão da necessidade de contratação de profissionais com experiência no segmento de leilões de bens inservíveis, bens móveis, bens imóveis e semoventes, que por sua especialização contribuirá para maior efetividade dos futuros certames, sendo obrigatoriamente estar devidamente inscritos na Junta Comercial do Estado de Goiás - JUCEG, obedecendo critérios definidos em norma para sua contratação, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº. 52 de 29 de julho de 2022.

Tal requisito estabelecido, é necessário para que a administração possa comprovar a familiaridade do profissional com os segmentos de leilões de bens inservíveis, bens móveis, bens imóveis e semoventes, haja vista que a profissão de leiloeiro desdobra-se em diversos segmentos como: Veículos, Obras de Arte, Animais, Bens Móveis entre outros, o profissional especializado no setor contribuirá para que a Administração possa obter maior êxito em seus certames.

Sendo que o requisito solicitado está em consonância com o Art. 30 da Lei nº 8.666/93, especialmente ao I e II:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

A Lei Estadual nº 17.928/2012 prevê a adoção de

credenciamento de prestadores de serviços, mediante chamamento público, desde que atendidos requisitos e critérios técnicos, o que é o caso em questão, em tese, todos os leiloeiros matriculados no Estado podem oferecer o serviço, porém, é impossível para a Administração escolher a proposta mais vantajosa, uma vez que a taxa de comissão dos contratados é fixa, estabelecida pelo Decreto Federal nº 21.981, de 19 de outubro de 1932.

Neste sentido, o CREDENCIAMENTO, para posterior sorteio entre os leiloeiros, torna-se a alternativa mais viável para que sejam cumpridos os princípios da isonomia, da igualdade e da impessoalidade.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente Edital o credenciamento de leiloeiros para a prestação dos serviços de avaliação, quando necessária, e alienação de bens imóveis e móveis, inservíveis e de semoventes de propriedade ou posse da SEMAD que se acumulam nos depósitos desta Secretaria, tendo a possibilidade de reverter o valor dos mesmos em pecúnia, proporcionando assim retorno em investimentos para a Administração. O credenciamento será pelo período de 12 (doze) meses, recebidos a qualquer título, por meio de licitação na modalidade de leilão público, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, a saber:

3. MODO DE ATUAÇÃO

3.1. O Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável é a pessoa jurídica que pretende contratar leiloeiros oficiais, utilizando-se deste credenciamento.

3.2. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável disponibilizará ao leiloeiro o Edital, elaborado com a colaboração deste, acrescido da relação do(s) bem(s) a serem leiloados e o valor mínimo a ser aceito como lance nos leilões, apurados tais valores mínimos em face de avaliações oficiais realizadas pelos órgãos oficiais competentes.

3.3. A realização do leilão deverá ocorrer mediante a solicitação do Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, gestora deste

credenciamento e da relação de leiloeiros oficiais credenciados sorteados, que convocará o leiloeiro para assinatura do contrato.

3.4. Na ocorrência dos leilões, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável se responsabilizará pelas publicações oficiais previstas na Lei nº. 8.666/93, para essa modalidade.

4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Poderão participar deste Credenciamento os leiloeiros, na condição de pessoas físicas, devidamente inscritos na Junta Comercial do Estado de Goiás, de acordo com o art. 46. da Instrução Normativa DREI nº 52/2022, e que atenderem a todas as exigências do Termo de Referência, Edital e seus anexos.

4.2. A inscrição para participação no credenciamento deverá ser realizada pelo leiloeiro ou seu representante, na forma da lei, através da entrega dos documentos de habilitação, no local, data e prazo que dispuser o Edital de Chamamento.

4.3. O leiloeiro oficial deverá entregar a documentação para habilitação no prazo compreendido entre a publicação do Edital de Chamamento até o início da sessão de abertura dos envelopes contendo todos os documentos de habilitação.

4.4. O credenciamento vigorará por 12 (doze) meses, a contar da publicação da Homologação com a relação dos leiloeiros credenciados e sorteados.

4.5. Os Leiloeiros que atenderem os critérios de habilitação estarão aptos para participar do sorteio público, que será realizado pela Comissão Permanente de Licitação, para estabelecer a sequência dos leiloeiros que serão responsáveis pelas alienações, e poderão firmar contrato de prestação dos serviços específicos dos leilões.

4.6. O credenciamento será utilizado de forma a se estabelecer e identificar os leiloeiros oficiais aptos às realizações dos leilões, bem como a identificação dos bens a serem alienados.

4.7. Para fins de ordenamento, o leiloeiro sorteado em primeiro lugar ocupará o primeiro lugar no banco de credenciados, o leiloeiro sorteado em segundo lugar ocupará o segundo lugar no banco de credenciados e assim sucessivamente até que todos os leiloeiros habilitados tenham sido sorteados e ordenados no banco de credenciados, enquanto durar o credenciamento, a alternância dos profissionais será seguida.

4.8. O Leiloeiro sorteado que rejeitar a designação perderá a vez, perdendo o direito de contratar com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável o objeto deste Termo de Referência.

4.9. Pela prestação de serviços, o LEILOEIRO receberá o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor de venda de cada bem arrematado, a ser pago pelo arrematante.

4.10. Não cabe à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável qualquer responsabilidade pela cobrança ou pagamento da comissão devida pelos arrematantes, nem pelos gastos despendidos pelo LEILOEIRO para recebê-la.

4.11. Caso não ocorra à efetivação da finalização da venda no caso do leilão público ser suspenso por determinação judicial, a comissão será devolvida ao arrematante pelo LEILOEIRO, sem que isso enseje reembolso de qualquer espécie por parte do Estado de Goiás, através da SEMAD, e o mesmo designado a realizar o próximo leilão.

4.12. Nos casos de desistência do negócio por parte do arrematante, não há devolução da comissão por parte do CONTRATADO.

4.13. O LEILOEIRO renuncia expressamente e isenta a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do pagamento da comissão prevista no artigo 24 do Decreto Federal nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1933, bem como todas as despesas com divulgação do leilão que estiverem a seu cargo, recebendo somente a comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da venda, diretamente do arrematante.

4.14. O LEILOEIRO será o responsável pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro, emolumentos e demais despesas que se façam necessárias à execução dos serviços contratados, inclusive em razão do pessoal de sua equipe de apoio, se houver.

5. DOS PROCEDIMENTOS PARA O LEILÃO E DA AUTORIZAÇÃO DE VENDA

5.1. Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, não sendo de responsabilidade do leiloeiro ou da Secretaria, quaisquer consertos, reparos, desmonte ou mesmo providências com a retirada ou transporte do material

arrematado.

5.2. Os bens serão vendidos nas condições fixadas no regulamento do leilão, devendo ser observadas as condições para garantia e pagamento previstas no respectivo edital.

5.3. Em todos os eventos, o leiloeiro deverá dispensar igual tratamento a todos os bens disponibilizados para a venda, tanto na divulgação (propaganda), como, principalmente, na tarefa de identificar possíveis interessados, independentemente do valor e da liquidez dos mesmos.

5.4. Havendo descumprimento de qualquer das obrigações previstas no edital de credenciamento, neste Termo de Referência e no contrato de prestação de serviços, o Contratante registrará em relatório as irregularidades porventura encontradas, encaminhando cópia ao leiloeiro para imediata correção das falhas detectadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no edital e no próprio contrato.

5.5. Para a realização dos leilões deverão ser observadas as condições e exigências previstas na legislação aplicável e na minuta do contrato de prestação de serviço, especialmente as obrigações do leiloeiro.

6. DO SINAL, DA CAUÇÃO, DA FORMA DE REPASSE DO VALOR ARREMATADO À EMPRESA , E DA REMUNERAÇÃO DO LEILOEIRO

6.1. A forma de pagamento dos bens será estipulada no edital específico do leilão a ser realizado, em conformidade com as peculiaridades de cada bem a ser alienado pela SEMAD.

6.2. O leiloeiro deverá orientar o arrematante quanto aos procedimentos referentes ao pagamento do bem arrematado, nos termos do edital do respectivo leilão.

6.3. O leiloeiro deverá recolher à SEMAD, até o 2º (segundo) dia subsequente à data prevista para os pagamentos dos lances ofertados, o produto da arrematação dos leilões realizados, na forma indicada pela Contratante, acompanhado de relatório analítico de prestação de contas, cópias das notas de venda/arrematação e demais documentos previstos em lei e neste Edital, observada a convencionada renúncia de qualquer comissão de venda por parte da Contratante.

6.4. A Contratante terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para comprovar o depósito em conta do valor repassado pelo leiloeiro,

bem como a autorização de liberação do bem arrematado e/ou a minuta para lavratura da escritura pública de compra e venda do(s) imóvel(eis) arrematado(s), quando for o caso.

6.5. A imissão na posse dos imóveis arrematados será regulada no edital específico do leilão, observado as peculiaridades do bem e a forma de pagamento estipulada para o mesmo.

6.6. A comissão paga pelo (s) arrematante deverá ser devolvida pelo leiloeiro no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da comunicação do fato, nas hipóteses em que, por decisão judicial ou do Contratante, seja anulado ou revogado o leilão.

7. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. Constituem obrigações da Contratante:

7.1.1. Assegurar o livre acesso ao Leiloeiro e seus prepostos, quando devidamente identificados, aos bens a serem leiloados;

7.1.2. Elaborar o Edital de Leilão, com auxílio do leiloeiro contratado, com as regras concernentes a regular execução de cada evento.

7.1.3. Fornecer ao LEILOEIRO os documentos e informações necessários à adequada instrução do processo de alienação;

7.1.4. Supervisionar, acompanhar e fiscalizar a prestação de serviços contratados;

7.1.5. Notificar o leiloeiro, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do serviço prestado.

7.1.6. Avaliar as instalações e aparelhamento técnico-operacional que serão utilizadas no leilão.

7.1.7. Arcar exclusivamente com as despesas previstas nos Arts. 21, 26 e 61 da Lei 8.666/93.

7.1.8. Disponibilizar ao arrematante autorização para a retirada do bem arrematado, bem como a emissão de documentos e em caso de bem imóvel, minuta para lavratura da escritura pública de compra e venda no cartório de notas do município onde se localiza o imóvel em favor do vencedor.

7.2. Constituem obrigações do Contratado:

7.2.1. Auxiliar a Contratante na elaboração da minuta do edital

do respectivo leilão.

7.2.2. Realizar o Leilão em dia e hora previamente designado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, dentro das normas do Contrato firmado no local acordado pelas partes, dos bens constantes no Edital de Leilão.

7.2.3. Executar os serviços dentro dos padrões previamente estabelecidos pela Contratante, de acordo com o especificado neste Termo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições estabelecidas em contrato.

7.2.4. Executar os serviços por meio de pessoas idôneas e tecnicamente capacitadas.

7.2.5. É de responsabilidade do contratado os danos e prejuízos causados a terceiros, devendo esse adotar medidas preventivas, com fiel observância das exigências das autoridades competentes e das disposições legais vigentes.

7.2.6. Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos bens sob sua responsabilidade, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a prestação de serviços objeto deste contrato.

7.2.7. Não se pronunciar em nome da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável a órgãos de imprensa, sobre quaisquer assuntos relativos às atividades da mesma, bem como sobre os procedimentos e/ou expedientes confiados.

7.2.8. Realizar os leilões de acordo com expressa determinação da Contratante, em datas aprezadas em conjunto.

7.2.9. Dar ciência à Contratante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.

7.2.10. Corrigir imediatamente qualquer falha verificada na execução dos serviços.

7.2.11. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante cujas reclamações obriga-se a atender prontamente.

7.2.12. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável no tocante à execução dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas em contrato.

7.2.13. Fornecer o relatório final de cada leilão que deverá conter, no mínimo, descrição do bem, valor de avaliação, valor de arremate, CPF/CNPJ do arrematante, nome do arrematante, quantidade de bens arrematados, quantidade de não arrematados, quantidade e valor de bens em condicional, se houver;

7.2.14. Responsabilizar-se por todas as despesas relativas aos procedimentos necessários à realização dos Leilões, dentre eles: locação de instalações/equipamentos para realização do leilão; contratação de mão-de-obra; segurança para o evento, bens, valores recebidos, seguros e deslocamentos/viagens, sempre que necessários;

7.2.15. Investir, à sua exclusiva expensas, na divulgação (propaganda) do evento para o qual foi contratado. A divulgação, em conformidade com o características e especificidades do objeto do leilão, deve ser anunciada em jornais regionais, nacionais, revistas, mídia televisiva, de rádio, redes sociais, malas diretas, entre outras formas, com o fim de obter o melhor lance aos bens leiloados. Sendo que, o leiloeiro deverá apresentar ao Contratante o plano de divulgação, que deverá ser previamente aprovado.

7.2.16. Eximir o Contratante da comissão prevista no art. 24 do Decreto nº 21.981/32, conforme exposto no § 2º do art. 42 do referido Decreto. Estar ciente e de pleno acordo a partir de sua participação no processo de credenciamento que somente fará jus à comissão pelos serviços prestados, que será paga única e exclusivamente pelo arrematante do bem no leilão, e na proporção 5% (cinco por cento) do valor da arrematação, não sendo devido pelo Contratante qualquer outro pagamento pelos serviços realizados.

7.2.17. Não utilizar o nome do Estado de Goiás e/ou da Secretaria, ou sua qualidade de credenciado deste, em quaisquer atividades de divulgação profissional, como por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos, etc., com exceção da divulgação do evento específico.

7.2.18. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório (art. 55, XIII, da Lei nº 8666/93).

7.2.19. Ressarcir todo e qualquer dano que causar à Contratante, ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por si e ou por seus prepostos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Secretaria.

7.2.20. Responder perante a SEMAD por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação de serviços, bem como pelos contratos de trabalho de seus prepostos, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo-a de qualquer solidariedade ou responsabilidade.

7.2.21. Realizar o leilão através de projeção, com demonstração de fotografias dos bens.

7.2.22. Acompanhar a visita dos interessados ao local onde se encontrarem os bens a serem leiloados.

7.2.23. Dispensar igual tratamento a todos os bens disponibilizados para a venda, tanto na divulgação (propaganda), como, principalmente, na tarefa de identificar possíveis interessados, independentemente do valor e da liquidez dos mesmos.

7.2.24. Encaminhar através de expediente ou e-mail, ao Gestor do Credenciamento, informação sobre endereço físico, número de telefone e e-mail, que poderá ser localizado. Atualizando a informação sempre que houver alteração.

8. DA DESISTÊNCIA DO LEILOEIRO

8.1. É facultado ao leiloeiro solicitar sua desistência, no período compreendido entre a habilitação e homologação.

8.2. A desistência poderá ocorrer, no período compreendido entre a habilitação e homologação, a qualquer momento, e deverá ser requerida pelo leiloeiro, mediante a solicitação formal encaminhada à SEMAD, contendo sua assinatura com firma reconhecida.

9. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

9.1. Após a homologação o resultado com a relação dos credenciados sorteados deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado de Goiás

9.2. O leiloeiro será convocado/comunicado mediante a expediente formal emitido pela SEMAD.

9.4. Após o recebimento do comunicado o leiloeiro convocado terá o prazo de 03 (três) dias úteis para comparecer a sede da SEMAD para assinar contrato com a Administração Pública.

9.5. A recusa injustificada do leiloeiro oficial sorteado em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas.

9.6. O leiloeiro que não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos será desclassificado, perdendo o direito de contratar com a SEMAD.

9.7. Havendo a desclassificação, desistência ou qualquer fato impeditivo de algum leiloeiro, serão convocados os leiloeiros habilitados na sequência, para em substituição do leiloeiro desclassificado ou desistente, nos mesmos termos do substituído.

Documento assinado eletronicamente por **JHENIFFER DOS SANTOS SILVA, Assessor (a)**

Documento assinado eletronicamente por **WAGNER LUCAS FERREIRA SILVA, Gerente**

Documento assinado eletronicamente por **BRUNNO ALVES DE OLIVEIRA BRITO, Superintendente**

ANEXO II

MODELO DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

À Comissão Especial de Credenciamento:

Eu, _____, Leiloeiro(a)
Oficial, natural de _____ Filho
de _____ e
_____, estado civil _____,
inscrito na JUCEG em ____/____/____, sob o nº _____,
Carteira de Identidade nº _____, CPF nº _____,
residente e domiciliado na
Av./Rua _____ nº _____,
Bairro _____, Cidade _____, CEP
_____, telefone _____, e-mail
_____.

_____, requero a Vossa Senhoria o cadastramento Profissional nesta Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD como Leiloeiro Oficial, para fins de designação à realização de leilões de bens imóveis, bens móveis, bens inservíveis e de semoventes na forma da legislação em vigor. Pelo presente, o leiloeiro oficial acima identificado vem requerer seu credenciamento em conformidade com o Edital para credenciamento nº 02/2023, juntando a documentação exigida devidamente assinada e rubricada.

DECLARO, ainda, sob as penas da lei, que:

- Recebeu os documentos que compõem o Edital para Credenciamento nº 02/2023 e que tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto deste credenciamento;
- Não se encontra inidôneo para licitar ou contratar com órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;
- As informações prestadas neste pedido de credenciamento são verdadeiras, e que concorda com os termos do edital e seus anexos;
- Não há qualquer fato superveniente impeditivo da sua participação neste processo de credenciamento.

Nestes termos, pede deferimento.

Localidade, ___ de _____ de 2023.

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27 da Lei Federal n.º 8.666/93, da não-realização, no estabelecimento, de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho por menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo, na condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Local e data

Assinatura

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ALIENAÇÃO, POR MEIO DE PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE DE LEILÃO, DE BENS IMÓVEIS, BENS MÓVEIS, BENS INSERVÍVEIS E DE SEMOVENTES, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O ESTADO DE GOIÁS/SEMAD E, DE OUTRO LADO, O LEILOEIRO OFICIAL, SR. _____, NA FORMA ABAIXO.

O ESTADO DE GOIÁS, pessoa jurídica de direito público interno, com a interveniência da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável-SEMAD, localizada na Rua 82, nº. 400 Palácio Pedro Ludovico Teixeira - 2º andar - Ala Leste - Centro - CEP: 74.015-908 - Goiânia - GO - Fone: (62) 3201-5210 - sítio www.meioambiente.go.gov.br, inscrita no CNPJ sob o nº 00.638.357/0001-08, representada por sua Secretária, **Dra. ANDRÉA VULCANIS¹**, brasileira, inscrita na OAB/DF sob o nº 37.330 e no CPF sob o nº. 845.216.009-72, residente domiciliada nesta capital, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a **Sr. _____**, com endereço profissional _____, na condição de **LEILOEIRO OFICIAL**, matriculado na Junta Comercial de Goiás, sob nº _____, desde de _____, daqui por diante denominado **CONTRATADO**, têm justo e contratado a prestação dos serviços objeto deste instrumento, vinculado ao Termo de Referência que consta do Processo Administrativo nº 202300017000348 e à proposta apresentada pelo CONTRATADO nos referidos autos, para o fim especial de alienar, por meio de processo licitatório na modalidade de leilão, bens imóveis, bens móveis, bens inservíveis e de semoventes descritos abaixo, sujeitando-se as partes contratantes às normas estabelecidas na Lei nº 8.666/93, de 21.06.93, Lei Estadual nº 17.928/2012, Decreto nº 21.981, de 19/10/1932, e, ainda, às cláusulas e condições seguintes:

22. **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

22.1. Prestação de serviços de leiloeiro para realizar procedimento licitatório na modalidade leilão, para alienar veículos inservíveis de propriedade do CONTRATANTE.

22.2. Os lotes de bens serão ofertados de forma individualizada, com lances iniciais de acordo com os valores definidos pelo CONTRATANTE.

22.3. A presente contratação diz respeito apenas e tão somente à alienação dos bens descritos e objeto deste contrato e não importa, necessariamente, em exclusividade, podendo a CONTRATANTE pactuar com outro leiloeiro para realização de outros leilões de objetos distintos, durante a vigência deste contrato, após novo chamamento público para os interessados para essa finalidade, dentre os leiloeiros credenciados junto a

JUCEG.

22.4. Fica convencionado e contratado ainda entre as partes que na eventualidade dos bens ora objeto do presente contrato não vierem a ser arrematados no leilão levado a efeito pelo CONTRATADO, os referidos bens poderão ser objeto de novo leilão em outra oportunidade e da conveniência do CONTRATANTE, com outro leiloeiro a ser sorteado dentre os inscritos na JUCEG, sem que caiba ao CONTRATADO nenhum direito ou qualquer vantagem.

23. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

23.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

- I - realizar publicação do Aviso do Edital no Diário Oficial do Estado de Goiás, e do Edital completo no site da SEMAD;
- II - assegurar o livre acesso do CONTRATADO e seus prepostos, quando devidamente identificados, aos locais onde estão dispostos os bens a serem leiloados;
- III - auxiliar na elaboração do Edital de Leilão;
- IV - Fornecer ao leiloeiro, sempre que possível, as informações detalhadas acerca dos bens contribuindo para a boa execução dos serviços.
- V - disponibilizar os bens, com a devida documentação e respectivas avaliações que será alienado;
- VI - arcar exclusivamente com as despesas previstas no inciso II do Art. 21 e do Art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93;
- VII - fixar o preço mínimo de arrematação, conforme a legislação vigente;
- VIII - supervisionar, acompanhar e fiscalizar a prestação de serviços contratados;
- IX - notificar o CONTRATADO por escrito, de qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços, fixando-lhe prazo para corrigir

defeitos ou irregularidades encontradas na execução do serviço prestado;

X - avaliar as instalações e aparelhamento técnico-operacional que serão utilizadas no leilão;

24. **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

24.1. São obrigações do CONTRATADO:

I - executar os serviços na forma pactuada no presente instrumento, realizando o leilão dentro dos prazos descritos neste contrato;

II - Elaborar o edital completo do leilão, com apoio da Contratante e, submeter a aprovação antes de sua divulgação;

III - fornecer à SEMAD relatório circunstanciado sobre fatos ocorridos entre a publicação do edital e a realização do leilão se for o caso, e/ou solicitado pela Comissão;

IV - observar na venda dos bens as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Estadual nº 17.928/12 e do Decreto nº. 21.981/32 e demais legislação aplicável;

V - em todos os eventos, o CONTRATADO deverá dispensar igual tratamento para o bem disponibilizado para a venda, tanto na divulgação (propaganda), como, principalmente, na tarefa de identificar possíveis interessados, independente do valor e da liquidez dos mesmos;

VI - realizar publicações da seguinte forma:

a) o CONTRATADO deve investir, á sua exclusiva expensas, na divulgação (propaganda) do evento para o qual foi contratado, que deverá ser feita através das redes sociais, malas diretas, jornal, entre outras formas, com o fim de obter o melhor lance dos bens a serem leiloados, devendo entregar os comprovantes dos anúncios à SEMAD para fazer constar dos autos do processo administrativo de alienação;

b) a primeira divulgação (propaganda) do leilão deverá ocorrer em até 10 (dez) dias após a publicação oficial do Aviso do Edital no D.O.E., e, a segunda divulgação deverá ocorrer em até 03 (três) dias antes de realizar o leilão.

VII - fornecer e enviar à Comissão, em até 05 (cinco) dias úteis contados da realização do leilão, o dossiê de arrematação dos bens ou de leilão deserto, contendo a seguinte documentação:

a) Ata de Leilão, após a realização do certame;

b) Termo de Arrematação, se for o caso;

c) Recibo da Comissão paga pelo arrematante, se for o caso;

d) Termo de Declaração de Leilão Deserto, se for o caso.

VIII - ressarcir a CONTRATANTE de quaisquer prejuízos que esta vier a sofrer, decorrente de atos °missiva ou comissivo de sua responsabilidade;

IX - destinar e preparar local para o público do leilão, dotando-o de todos os equipamentos necessários para a realização do evento, bem como disponibilizar pessoal para atendimento aos compradores em potencial, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

X - conduzir o Leilão Público e responsabilizar-se por todos os atos administrativos de sua competência até o encerramento, com a devida prestação de contas à SEMAD;

XI - fornecer aos arrematantes vencedores os Termos de Arrematação e os recibos das comissões pagas;

XII - pagar os tributos federais, estaduais, municipais, inclusive multas, seguros, contribuições e outros encargos decorrentes deste contrato, exceto aqueles tributos que, por força de legislação específica, forem de responsabilidade da CONTRATANTE;

XIII - submeter à SEMAD, quando for o caso, os recursos apresentados pelos participantes;

XIV - informar à SEMAD qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;

XV - não utilizar o nome da CONTRATANTE, ou sua qualidade de contratada desta, em quaisquer atividades de divulgação profissional, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos etc., com exceção da divulgação do evento específico;

XVI - guardar sigilo das informações que lhe serão repassadas para o cumprimento do presente contrato, e responsabilizar-se, perante a contratante de eventuais danos decorrentes da quebra do sigilo dessas informações, ou pelo seu uso indevido;

XVII - não se pronunciar em nome da CONTRATANTE a órgãos de imprensa, sobre quaisquer assuntos relativos às atividades da mesma, bem como sobre os procedimentos e/ou expedientes confiados;

XVIII - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela SEMAD cujas reclamações ela obriga-se a atender prontamente;

XIX - corrigir imediatamente qualquer falha verificada na execução dos serviços;

XX - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CONTRATANTE, no tocante à execução dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas em contrato;

XXI - eximir a CONTRATANTE do pagamento da comissão prevista no Art. 24 do Decreto nº 21.981/32, conforme exposto no §2º do Art. 42 do referido Decreto, renunciando à mesma. Estar ciente e de pleno acordo que a comissão pelos serviços prestados deverá ser paga única e exclusivamente pelo arrematante do bem no leilão, na proporção 5% (cinco por cento) do valor da arrematação, não sendo devido pela CONTRATANTE qualquer pagamento pelos serviços realizados, senão exclusivamente os previstos no inciso II do Art. 21 e no Art. 61, da Lei Federal nº 8.666/93;

XXII - manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório (Art. 55, XIII, da Lei Federal nº 8.666/93).

25. CLÁUSULA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

25.1. São responsabilidades do CONTRATADO:

I - todo e qualquer dano que causar à CONTRATANTE, ou a terceiros, ainda que culposo decorrente da prestação de serviço objeto deste contrato;

II - responder perante a CONTRATANTE por qualquer tipo de autuação ou ação que esta venha a sofrer em decorrência da prestação de serviço objeto deste contrato;

III - arcar com todas e quaisquer despesas de divulgação ou publicidade previstas no § 2º do Art. 42 do Decreto nº 21.981/32, excetuando-se apenas e tão somente as publicações efetuadas no Diário Oficial do Estado em atendimento aos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

26. CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO DOS SERVIÇOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

26.1. O CONTRATADO receberá única e exclusivamente do arrematante, a título de taxa de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor arrematado.

26.2. Nenhum valor será devido pela CONTRATANTE ao CONTRATADO, pelos serviços prestados neste contrato, sendo que neste ato, o CONTRATADO renuncia à comissão que seria de responsabilidade da CONTRATANTE, prevista no Art. 24 do Decreto nº 21.981/32.

26.3. Em hipótese nenhuma, será a CONTRATANTE responsável pela cobrança da comissão devida pelos arrematantes, nem pelos gastos que o CONTRATADO tiver de despender para recebê-la.

26.4. Caso não ocorra a efetivação da venda na hipótese

do leilão público ser suspenso por liminar judicial, a comissão será devolvida ao arrematante pelo CONTRATADO, sem que isto enseje reembolso de qualquer espécie.

26.5. No caso de desistência do negócio por parte do arrematante, não haverá devolução da comissão por parte do CONTRATADO, condições esta que deverá constar no Edital de Leilão respectivo.

26.6. Os recursos orçamentários deixam de ser indicados tendo em vista que a presente contratação se faz sem ônus para o CONTRATANTE.

27. CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

27.1. O contrato a ser firmado tem natureza de escopo, e terá duração estimada de 12 (doze) meses ou até a efetiva realização do leilão, com prestação de contas final à Comissão de Licitação e o respectivo repasse do valor arrecadado com os bens alienados, para o qual foi estabelecido, e todas as obrigações inerentes a este adimplidas.

27.2. A vigência do contrato será contada da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na hipótese do leilão não ser realizado dentro do prazo de 12 (doze) meses por qualquer motivo superveniente que o CONTRATADO não tenha responsabilidade direta ou indireta e a critério da CONTRATANTE, em conformidade com a necessidade para cumprir as obrigações assumidas para realização do leilão contratado, por período igual, superior ou inferior, até o limite permitido na Lei Federal nº 8.666/93.

28. CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

28.1. O leilão deverá acontecer em até 120 (cento vinte) dias a contar da data da assinatura do presente contrato.

28.2. A realização do leilão para alienação de bens inservíveis (máquinas, equipamentos e veículos) e pedras

preciosas deverá ocorrer mediante solicitação do Liquidante das CONTRATANTES, que será formalizada por meio da assinatura do presente instrumento de contrato.

28.3. É considerado concluído o leilão quando todas as unidades que o compõem forem arrematadas no mesmo evento público no dia e hora fixados no Edital e no caso de não ser integralmente arrematada, na sobra de alguma unidade dos lotes, esta será alienada em outra oportunidade, em outro leilão com outro leiloeiro a ser sorteado para o evento. Não haverá 2º (segundo) leilão em sequência do primeiro se frustrar ainda que parcialmente.

29. CLÁUSULA OITAVA - DO BEM A SER ALIENADO

29.1. A relação dos bens imóveis, bens móveis, bens inservíveis e de semoventes a serem alienados será repassada pela CONTRATANTE, com todas as informações necessárias para a alienação, tais como: descrição do bem, sua situação jurídica e o preço mínimo de alienação.

30. CLÁUSULA NONA - DA ORGANIZAÇÃO DO LEILÃO

30.1. A organização do leilão será realizada pelo CONTRATADO, sob sua responsabilidade e ônus, em local próprio destinado a esse fim.

31. CLÁUSULA DÉCIMA - DO VALOR DE VENDA DO BEM E DA FORMA DE PAGAMENTO

31.1. Os bens objeto da alienação não poderão ser vendidos por valor inferior ao preço estipulado constante do Edital do Leilão.

31.2. Os bens serão vendidos, nas condições fixadas no regulamento do Leilão. O CONTRATADO deverá orientar o arrematante quanto aos procedimentos referente ao pagamento do bem arrematado.

31.3. O CONTRATADO deverá entregar às

CONTRATANTES, até o 5º (quinto) dia subsequente à data prevista para os pagamentos dos lances ofertados, o produto da arrematação do leilão realizado, na forma indicada pela CONTRATANTE, acompanhado de relatório analítico de prestação de contas, cópias das notas de venda/arrematação, dos termos de renúncia à comissão de responsabilidade da CONTRATANTE e demais documentos previstos em lei.

32. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS CASOS DE RESCISÃO DO CONTRATO

32.1. A inexecução total ou parcial deste contrato por parte do CONTRATADO ensejará sua rescisão nos termos do Art. 77 da Lei Federal nº 8.666/93, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

32.2. Reserva-se à CONTRATANTE, presente a conveniência administrativa, a faculdade de rescisão contratual, mediante prévia comunicação ao CONTRATADO, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que disso resulte à outra parte direito à reclamação ou indenização pecuniária.

32.3. É facultado ao CONTRATADO rescindir o presente contrato, desde que notifique a CONTRATANTE com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

33. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

33.1. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, assegurada à ampla defesa, o CONTRATADO ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I - advertência;

II - suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar com o Estado de Goiás e as empresas públicas e sociedades de economia mista, em liquidação, sob o controle acionário do Estado, por um período de até 02 (dois) anos;

III - declaração de inidoneidade.

33.2. A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretarem prejuízo ao interesse do serviço contratado.

33.3. A penalidade de suspensão temporária de licitar com o Estado de Goiás e com as empresas públicas e sociedades de economia mista, em liquidação, sob o controle acionário do Estado, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada no caso de descumprimento total ou cumprimento parcial da obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à CONTRATANTE.

33.4. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser aplicada ao CONTRATADO que descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos à CONTRATANTE.

33.5. As penalidades de impedimento temporário para licitar e contratar com o Estado de Goiás e as empresas públicas e sociedades de economia mista, em liquidação, sob o controle acionário do Estado e a de declaração de inidoneidade serão aplicadas pela autoridade competente, após a instrução do respectivo processo, no qual fica assegurada a ampla defesa do CONTRATADO interessado.

33.6. As penalidades previstas nesta cláusula serão aplicadas em consonância com as disposições do Decreto nº 21.981/32.

34. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGURO, ETC.

34.1. Correrão por conta exclusiva do CONTRATADO todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto desta contratação, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos seus serviços e dos integrantes de sua equipe de apoio, salvo as despesas a serem pagas e/ou reembolsadas pelas CONTRATANTES, devidamente comprovadas

35. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

35.1. As infrações penais tipificadas na Lei Federal nº 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

36. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

36.1. Os casos não previstos neste contrato ou possíveis dúvidas que surgirem durante a sua vigência serão dirimidas por via de entendimento entre as partes, observando as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Estadual nº 17.928/12 e demais legislações aplicáveis.

37. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO DO LEILÃO

37.1. As CONTRATANTES se reservam no direito de alterar o leilão, no todo ou em parte, inclusive para incluir e ou excluir bens ou lote no leilão, mesmo com Edital já publicado, sem que caiba direito à indenização de nenhuma espécie ao CONTRATADO.

38. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

38.1. As partes ficam adstritas, ainda, às seguintes disposições:

I - o CONTRATADO declara, neste ato, ter condições financeiras próprias para suportar as despesas necessárias ao fiel cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, não se responsabilizando a CONTRATANTE pelo aporte de recursos para a execução dos serviços;

II - é vedado ao CONTRATADO caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;

III - havendo descumprimento de qualquer das obrigações previstas no Contrato de Prestação de Serviços, a CONTRATANTE registrará em relatório as irregularidades porventura encontradas, encaminhando cópia ao CONTRATADO para imediata correção das falhas detectadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste contrato, no Edital e na legislação aplicável;

IV - a tolerância em relação à inobservância de quaisquer cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento não constituirá precedente, novação ou modificação dos termos do presente contrato, que só poderá ser alterado mediante expressa estipulação escrita;

V - o CONTRATADO está ciente de que deve guardar por si, por seus empregados, ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão dos serviços a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei, civil e criminalmente responsável por sua indevida divulgação, descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa;

VI - o CONTRATADO declara que aceita o presente contrato, nos termos e condições pactuados neste instrumento, obrigando-se, por si e por seus prepostos, a cumpri-lo fielmente, especialmente no que se refere aos procedimentos operacionais que as CONTRATANTES vierem a estipular para a execução do presente contrato, a prazos, modelos e condições para a remessa de documentos, relatórios e prestações de contas e ainda quanto aos termos e condições de remuneração convencionadas pelos serviços prestados;

VII - o CONTRATADO e seus prepostos não podem arrematar os bens de cuja venda estejam encarregados, sob pena de nulidade da compra;

VIII - aplicam-se, subsidiariamente às disposições deste instrumento contratual, no que couber, a norma dos Códigos Civil e Comercial.

39. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA — DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

39.1. A execução do contrato será objeto de

acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante das CONTRATANTES, com atribuições específicas elencadas pela Lei Federal 8.666/93.

39.2. Fica designado como representante das CONTRATANTES o servidor Sr. _____, designado por portaria específica, podendo a qualquer momento ser determinada outra pessoa, sendo a substituição comunicada por correspondência dirigida ao CONTRATADO.

40. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA CLÁUSULA ARBITRAL.

40.1. Qualquer disputa ou controvérsia relativa à interpretação ou execução deste ajuste, ou de qualquer forma oriunda ou associada a ele, no tocante a direitos patrimoniais disponíveis, e que não seja dirimida amigavelmente entre as partes (precedida da realização de tentativa de conciliação ou mediação), deverá ser resolvida de forma definitiva por arbitragem, na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018, elegendo-se desde já para o seu julgamento a CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), outorgando a esta os poderes para indicar os árbitros e renunciando expressamente à jurisdição e tutela do Poder Judiciário para julgamento desses conflitos.

40.2. A CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA) será composta por Procuradores do Estado, Procuradores da Assembleia Legislativa e por advogados regularmente inscritos na OAB/GO, podendo funcionar em Comissões compostas sempre em número ímpar maior ou igual a 3 (três) integrantes (árbitros), cujo sorteio se dará na forma do art. 14 da Lei Complementar Estadual nº 114, de 24 de julho de 2018, sem prejuízo da aplicação das normas de seu Regimento Interno, onde cabível.

40.3. A sede da arbitragem e da prolação da sentença será preferencialmente a cidade de Goiânia.

40.4. O idioma da Arbitragem será a Língua Portuguesa.

40.5. A arbitragem será exclusivamente de direito, aplicando-se as normas integrantes do ordenamento jurídico ao mérito do litígio.

40.6. Aplicar-se-á ao processo arbitral o rito previsto nas normas de regência (inclusive o seu Regimento Interno) da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, na Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, na Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018 e na Lei Estadual nº 13.800, de 18 de janeiro de 2001, constituindo a sentença título executivo vinculante entre as partes.

40.7. A sentença arbitral será de acesso público, a ser disponibilizado no sítio eletrônico oficial da Procuradoria-Geral do Estado, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei.

40.8. As partes elegem o Foro da Comarca de Goiânia para quaisquer medidas judiciais necessárias, incluindo a execução da sentença arbitral. A eventual propositura de medidas judiciais pelas partes deverá ser imediatamente comunicada à CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), e não implica e nem deverá ser interpretada como renúncia à arbitragem, nem afetar a existência, validade e eficácia da presente cláusula arbitral.

Goiânia, datado eletronicamente.

ASSINATURAS

ANEXO V TERMO DE DESISTÊNCIA

Eu, _____, CPF nº _____ tendo participado do Credenciamento nº 02/2023 - SEMAD, venho tornar pública minha desistência do referido credenciamento.

Esta desistência tem caráter definitivo, nada tendo o desistente a reclamar com referência ao credenciamento supramencionado.

Declaro estar ciente de que a presente desistência importa na exclusão da lista de credenciados sorteados.

Local/data

Proponente

Nome: _____

CPF: _____



Documento assinado eletronicamente por **MORIAN SCUSSEL MALBURG, Membro de Comissão**, em 27/02/2023, às 10:14, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **WILLIAM NEVES PINHEIRO, Membro de Comissão**, em 27/02/2023, às 10:27, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **BRUNNO ALVES DE OLIVEIRA BRITO, Superintendente**, em 27/02/2023, às 10:59, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **WAGNER LUCAS FERREIRA SILVA, Gerente**, em 27/02/2023, às 14:09, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **JHENIFFER DOS SANTOS**



SILVA, Membro de Comissão, em 27/02/2023, às 14:33, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **45118304** e o código CRC **2645BE7E**.



Referência:
Processo nº 202300017000348



SEI 45118304